

Construção e Validação da Escala de Atitudes frente à Punição Corporal em Crianças

Tamyres Paiva¹, Carlos Eduardo Pimentel², Kaline da Silva Lima³ & Mariana dos Santos⁴

Copyright © 2017.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 3.0 (CC BY-NC-ND).

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>



¹ Psicóloga e Mestranda pelo Programa de Pós-graduação de Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba, Brasil. E-mail: tamyres.tomaz1@gmail.com.

² Professor Adjunto do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Psicologia Social e Licenciado em Psicologia, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba, Brasil.

³ Psicóloga e Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Modelos de Decisão e Saúde, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba, Brasil.

⁴ Psicóloga e Residente em Psicologia, Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW-UFPB), Paraíba, Brasil.

Como citar/How to cite this paper: Paiva, T., Pimentel, C., Lima, K., & Santos, M. (2017). Construção e validação da escala de atitudes frente à punição corporal em crianças. *Revista E-Psi*, 7(1), 39-59.

Resumo

A punição física é considerada um método disciplinar utilizado por responsáveis na criança que inflige deliberadamente regras. Objetivou-se a construção da Escala de Atitudes frente à Punição Corporal em Crianças (EAPCC), reunindo evidências de sua validade fatorial e consistência interna. A EAPCC foi aplicada em 380 participantes, maioritariamente paraibana (40.3%) com idades compreendidas entre 18 e 60 anos ($M = 22.5$; $DP = 8.8$), do sexo feminino (70.5%) e solteiros (74.7%). O instrumento construído apresentou itens com poder discriminativo satisfatório. Através de uma análise fatorial exploratória obtivemos uma estrutura de três fatores com coeficientes alfas de Cronbach adequados, sendo eles: Punição Leve e Moderada ($\alpha = .96$); Punição Severa ($\alpha = .84$) e Formas de Intervenção ($\alpha = .83$), cuja variância total foi de 59.31%. Os índices de ajustamento resultantes da análise fatorial confirmatória foram: $\chi^2/gf = 2.95$; $CFI = 0.89$; $TLI = .88$; $RMSEA = .07$ (IC 90%: .068 - .076); e $SRMR = .09$. Portanto, demonstrou ter um adequado ajustamento para a hipótese da solução de três fatores. Desta forma, considera-se que a medida proposta possui evidências de validade e consistência interna para o uso em pesquisas futuras.

Palavras-chave

Escala, punição corporal, atitudes, construção.

Introdução

A punição física ou punição corporal é considerada um método utilizado pelo adulto para disciplinar a criança que inflige deliberadamente regras e comportamentos (Longo, 2002; Ohene, Ireland, McNeely, & Borowsky, 2006; Ribeiro, 2014; Jayachandran, Muthaiyan, Anupama, Arivoli, Suresh, & Padamanaban, 2016). É no período infantil que os pais ou responsáveis ensinam o que deve ser feito, contribuindo para a formação da personalidade e internalização da moral da criança, que pode levar à conduta violenta (Gershoff, 2002; Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016).

Os primeiros estudos realizados por Welsh (1998) sugerem o uso da punição severa como um fator de predição para comportamentos agressivos. Segundo a teoria da “correia/cinto” da delinquência juvenil ou *belt theory of juvenile delinquency*, proposta por Wesh (1998), o uso das punições parentais severas (*Severe Parental Punishments*) é uma variável importante no desenvolvimento de um comportamento socialmente agressivo, que ocorre durante a infância permanecendo até a idade adulta. Wesh (1980) verificou que as demonstrações punitivas severas estão presentes no contexto de jovens em conflito com a Lei, existindo uma maior probabilidade do sexo masculino para a predisposição ao crime, devido às punições físicas.

Mais tarde, a meta-análise realizada por Gershoff (2002), que incluiu 88 investigações realizadas ao longo dos últimos 62 anos, procurou verificar a associação entre o uso parental de castigos corporais, comportamentos e experiências infantis. A meta-análise incluiu várias formas de comportamentos como: cumprimento imediato da ordem, internalização da moral, formas de relacionamentos com os pais e com a saúde mental, bem como comportamentos indesejáveis (agressão, comportamento criminoso e antissocial, entre outros). Os resultados demonstraram que quanto mais frequentemente ou mais severamente uma criança foi atingida, maior a probabilidade de se tornar agressiva ($d = 0.57$) ou ter problemas de saúde mental na idade adulta ($d = -0.09$). O estudo verificou ainda que as formas de punições corporais mais severas estavam associadas negativamente com a idade, ou seja, bater no rosto, cabeça, ou puxões de orelha ocorrem quando as crianças têm idade entre 5 e os 8 anos. Desta forma, os resultados do estudo parecem sugerir que a agressão diminui à medida que a idade das crianças aumenta. Esta autora refere ainda que a punição também dependerá do objetivo dos pais, pois se a meta for extinguir o comportamento imediato, por exemplo, evitar que criança leve um choque, a punição pode ser uma alternativa, mas se for a longo prazo, esta não fará com que ela não volte a adotar aquele comportamento. A autora afirma ainda que a punição corporal por si só não ensina às crianças o que é certo ou errado (Gershoff, 2002).

No estudo de Ferguson (2013) observou-se que existem diferenças entre a palmada e as Punições Corporais (PC), e que pessoas que sofreram PC apresentam problemas comportamentais e de desempenho cognitivo. A palmada geralmente é usada para se referir

aos castigos físicos relativamente leves, com uso de uma mão aberta nas nádegas ou extremidades, já a PC, geralmente, é usada para se referir a uma classe mais ampla de comportamentos, tais como: bater com um objeto, empurrões, tapas no rosto.

No que diz respeito à punição física severa é notória, por meio de uma panóplia de estudos a nível mundial, a preocupação por esta temática. Num estudo realizado em Itália, com base nas Escalas de Táticas de Conflito (ETC), constatou-se que a incidência de violência grave foi de 8%, enquanto na China o índice foi de 22.6% e na República da Coreia foi de 5.3% (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002). Ratificados com dados da UNICEF (2014), os quais verificaram que crianças entre 2 e os 14 anos ainda são submetidas a algum tipo de disciplina que usa a punição corporal, como a palmada. Pesquisas realizadas no Brasil demonstram efeitos negativos no uso da punição física (Bhona, Gebara, Noto, Vieira, & Lourenço, 2014; Gomes & Azevêdo, 2014; Paiva, Pimentel, Nascimento, Moura, & Pereira, 2016; Ribeiro, 2014; Weber, Viezzer, & Bandenburg, 2004).

Um estudo de Weber, Viezzer e Bandenburg (2004), na cidade de Curitiba, identificou as práticas educativas parentais com ênfase em castigos e punições físicas por meio do relato de estudantes. A maioria dos participantes relatou que recebeu punições físicas (88.1%), castigos (64.8%) e que já apanhou da mãe (58.6%). Bhona e colaboradores (2014) averiguou numa amostra de 480 mulheres que elas admitiam o uso de punições corporais em seus filhos em 77% dos casos e maus-tratos físicos em 20.3% da amostra.

Tais práticas são similares ao estudo de Gomes e Azevêdo (2014) que se baseou na avaliação de relatos de 15 adolescentes, do ensino fundamental e médio, cujos pais ou cuidadores utilizaram a PC, com uso de cinto, palmada, beliscão, murros, chutes e puxão de cabelo. A referida pesquisa apontou efeitos negativos desse tipo de punição, uma vez que se verificou que as punições ou castigos corporais não solucionavam problemas e não causavam o desaparecimento do comportamento indesejável, além de provocar baixo rendimento escolar e falta de motivação.

Outro estudo que enfatiza correlações com as punições foi apresentado por Paiva et al. (2016), ao verificar linearidade positiva entre apanhar ao ponto de ficar com marcas no corpo (surras) e atos infracionais ($r = .27; p < .02$). Este ato pode acarretar um conjunto de ações malélicas que contribuem para efeitos maiores, como evidenciado por outra correlação entre apanhar ao ponto de ficar com marcas no corpo e bater em alguém ($r = .32; p < .01$). Além disso, a violência doméstica também é um fator para crianças e adolescentes irem para as ruas tendo-se verificado que 8.25% das crianças e adolescentes em situação de rua, estão nessa situação por presenciarem violência ou serem violentadas dentro de casa (Observatório Nacional, 2013).

Estudos recentes, como a meta-análise de Gershoff e Grogan-Kaylor (2016), analisaram, através do método transversal, longitudinal e experimental, a punição física a partir de várias formas como: observação, relatório do pai, relatório da criança, retrospectiva da criança, e/ou

ambos os relatórios (pais e filhos). Estes resultados foram atendendo às críticas de Hoden (2002) no primeiro estudo de Gershoff (2002), que fora unicamente apoiado no autorrelato dos pais, desconsiderando populações variadas, e estes pais podem não ter relatado no instrumento a forma com que eles puniram e se foi severamente. Num estudo recente, Gershoff e Grogan-Kaylor (2016) apresentam, através da magnitude do efeito de Cohen ou *effect size*, que a surra (punição física severa) dada na fase da infância foi associada a comportamentos antissociais na fase adulta ($d = 0.36$; $p < .001$). As palmadas também foram associadas significativamente a uma menor internalização moral ($d = 0.38$; $p < .001$), menor autoestima ($d = 0.15$; $p < .01$) e problemas prejudiciais à saúde ($d = 0.34$; $p < .001$). A maior magnitude do efeito foi para abuso físico ($d = 0.64$; $p < .001$), dado que à medida que as crianças são espancadas maior é o risco de serem fisicamente abusadas pelos pais (Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016).

As pesquisas acima mencionadas fornecem evidências científicas de que a punição física está associada a consequências negativas para a criança, como o comportamento agressivo e antissocial. Todavia, há ainda um intenso debate acerca das consequências positivas e negativas dos castigos corporais na infância, tanto no meio científico como na população geral, fato que divide opiniões. Não obstante, na literatura científica não há evidências de que a punição corporal faça algum bem para as crianças, pois todos eles apontam para prejuízos múltiplos. Embora as magnitudes das associações observadas nos estudos sejam baixas, tais efeitos pequenos podem traduzir impactos sociais relevantes quando aplicados a toda a população (Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016).

Desta forma, mesmo que o castigo físico faça com que as crianças tenham medo de desobedecer quando os pais estão presentes, as mesmas crianças se comportarão mal na ausência dos pais (Gershoff, 2002; Gershoff & Larzelere, 2002). Marques (2010) considera que o uso da punição não pode ser visto como uma estratégia que encoraje a criança ou o adolescente a compreender as razões pelo qual sofreu punição, pelo contrário, pode gerar sentimentos de raiva e angústia.

De acordo com Ribeiro (2014), a condenação dessa prática só deve ser acompanhada de medidas alternativas e mais humanas para substituí-la. Para uma transformação social amadurecida, necessita-se de debates, diálogos entre pais e profissionais, que trabalham direta ou indiretamente com crianças, para responder perguntas sobre o tema. Deste modo, questionar costumes enraizados por anos de história torna-se um desafio, sendo fundamental pesquisar e publicar sobre o assunto, visando contribuir para a construção de práticas consideradas mais adequadas e eficazes de educação.

Na literatura encontram-se alguns instrumentos de avaliação relacionados com a temática da punição, tais como a Escala de Atitudes Velicer em Relação à Violência criada por Anderson, Benjamin, Wood e Bonacci (2006), a Escala de Crenças sobre a Punição Física (ECPF)

desenvolvida e validada por Machado, Gonçalves e Matos (2000) e *The Dimensions of Discipline Inventory* (DDI) (Fauchie & Straus, 2013).

A Escala de Atitudes Velicer em Relação à Violência (Anderson, Benjamin, Wood, & Bonacci, 2006) traz evidências para um modelo de quatro fatores que mensuram vários tipos de violência: Extrema, Guerra, Violência do Código Penal e a Punição Corporal. Resultados provenientes de análises fatoriais confirmatórias sugerem índices de adequabilidade de ajuste do modelo satisfatórios, tais como o *Comparative Fit Index* (CFI) = .94 e *Root-Mean-Square Error of Approximation* ($RMSEA$) = .09.

No que respeita à Escala de Crenças sobre a Punição Física (ECPF) (Machado, Gonçalves & Matos, 2000), esta apresenta 29 itens relativos às práticas educativas, teoricamente agrupadas em cinco dimensões: 1) Maus-tratos físicos; 2) Maus-tratos emocionais; 3) Práticas punitivas que envolvem a punição física; 4) Práticas inadequadas embora não abusiva e 5) Práticas educativas adequadas. Acerca da consistência interna da escala, a mesma apresenta um coeficiente alfa de Cronbach de .91.

Por fim, no que concerne o instrumento *The Dimensions of Discipline Inventory* (DDI – Fauchie & Straus, 2013) mensuram-se comportamentos punitivos e não punitivos, tais como: punição corporal, privação de privilégios, agressão psicológica, recompensa, explicar e/ou ensinar, dentre outros. O inventário contém quatro fatores: 1) Disciplina agressiva (punição corporal e agressão psicológica); 2) Disciplina positiva (desvio, explicação / ensino e escalas de recompensa); 3) Penalidade (privação de privilégios e tarefas de penalização e comportamento restaurador); 4) Supervisão (ignorar o mau comportamento e monitoramento). Os coeficientes para os quatro fatores variam entre .31 e .77.

Contudo, referente às atitudes frente ao uso da punição corporal na cultura brasileira, não se encontra na literatura escalas a respeito desse tema. Por isso, este estudo tem o objetivo de verificar as atitudes frente à punição corporal infantil por meio da construção de um instrumento válido e consistente, que mensure as atitudes dos brasileiros diante de tais práticas parentais. Uma vez que as atitudes são boas preditoras de comportamentos (Bodur Brinberg, & Coupey, 2000; Holland, Verplanken, & Van Knippenberg, 2002), é importante que se desenvolvam medidas de atitudes com o fim de verificar essa clássica relação presente em importantes teorias da psicologia social (Fishbeins & Ajzen, 1975; Ajzen, 1991; Olson & Fazio, 2009).

Método

Amostra

Contou-se com uma amostra não-probabilística composta por 380 participantes, sendo a maioria do Estado da Paraíba (40.3%) da cidade de João Pessoa (71.2%), localizado no Brasil, com idades compreendidas entre 18 e os 60 anos ($M = 25.5$; $DP = 8.8$). Destes participantes a maioria são do sexo feminino (70.5%) e solteiros (74.7%), afirmaram não possuir filhos (81.6%)

e que já sofreram punições físicas quando eram crianças (81.4%). A maior parte dos voluntários possui ensino superior incompleto (52.4%) e se avaliaram como sendo da classe econômica média (80.1%).

Instrumentos

O protocolo de avaliação foi composto por um questionário sociodemográfico e a *Escala de Atitudes frente à Punição Corporal em Crianças (EAPCC)*.

O questionário sociodemográfico permitiu a recolha de dados como: sexo, idade, cidade, escolaridade e classe social, com a finalidade de caracterizar a amostra, sendo igualmente composto por questões relacionadas com temática, tais como: se havia tido filhos, se já sofreu algum tipo de punição física.

A Escala de Atitudes frente à Punição Corporal em Crianças (EAPCC), foi construída com base na literatura em que se buscou reunir itens que cobrissem tipos de punição conforme a gravidade (leve e/ou moderada e severa) e formas de intervenção sem o uso da punição física. Composta inicialmente por 34 itens, que expressam frases afirmativas cotadas numa escala tipo Likert, variando entre 1 (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente). Esses itens expressam as opiniões da sociedade frente a estas práticas de punições.

Análise de Conteúdo

Buscou-se averiguar, teoricamente, numa amostra de cinco juízes, as concepções mais frequentes a respeito da punição física de crianças como forma de educação. O procedimento da validação de conteúdo e de aparência consistiu em uma análise das dimensões e dos itens da EAPCC. A análise dos juízes contou com cinco psicólogos, com pós-graduação e produções científicas nas temáticas de desenvolvimento infantil, criança e adolescência em situação de vulnerabilidade e condutas antissociais. Essa etapa foi organizada do seguinte modo: 1) organização de critérios - para o julgamento dos itens em adequação, relevância social, clareza e pertinência teórica dos itens nas dimensões; 2) coleta das informações - o material foi enviado por email para os juízes, juntamente com um pedido para que o material fosse devolvido em no máximo 15 dias; 3) validação de conteúdo – utilizou-se o índice *Kappa* para avaliar a concordância entre avaliadores quanto à pertinência dos itens e dimensões, e o índice de validade de conteúdo (*Content Validity Index – CVI*) para os critérios de adequação, relevância e clareza.

Houve concordância na análise dos cinco juízes, calculada através do índice *Kappa*, de 95% para a pertinência teórica de três grupos diferentes de dimensões: punição leve e moderada, punição severa e formas de intervenção sem o uso da punição física. Em relação ao coeficiente de validade de conteúdo, obtiveram-se os seguintes resultados: a adequação *CVI* = .91; a relevância *CVI* = .90; e a clareza *CVI* = .98.

Análise Semântica

Essa etapa contou com a participação de cinco estudantes do curso de psicologia de uma universidade pública. Estes foram reunidos em um único ambiente. A todos foi indicado que a participação seria voluntária. A tarefa constituiu em ler com atenção as instruções de como responder à escala, comprovar a clareza do seu conteúdo (itens/nível de punição) e a viabilidade de se empregar a escala de resposta proposta. As dúvidas foram discutidas no grupo e após essa análise, concluiu-se que o instrumento poderia ser adequadamente compreendido e respondido pelos potenciais participantes adultos do estudo. Para isso, contou-se com a versão experimental da EAPCC, composta por 34 itens, que foi posteriormente aplicada na amostra total.

Procedimentos

Realizou-se a aplicação dos questionários através de um formulário online, em concordância com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e com a Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. A coleta foi feita de maneira individual dos participantes, que foram orientados a não se identificarem, assegurando o anonimato de sua participação. Foi esclarecido que essa pesquisa não implica em nenhum tipo de desconforto ou risco físico e biopsicossocial para os respondentes e não trará nenhum custo. Informou-se que os participantes poderiam deixar o estudo a qualquer momento sem penalização, garantindo o caráter voluntário da participação.

Os dados recolhidos foram posteriormente analisados através do programa estatístico *IBM SPSS Statistics (versão 21.0; Armonk, NY)*. Além das estatísticas descritivas (medidas de tendência central e dispersão), foram realizadas análises de poder discriminativo dos itens, por meio do teste *t*, e Análises dos Componentes Principais (ACP) para verificar a dimensionalidade da escala, bem como foi verificada sua consistência interna através do coeficiente alfa de Cronbach (α). Também foram realizadas análises de correlação de Pearson entre os fatores. Além dessas análises foram realizadas comparações mediante o teste *t* para amostras independentes e a análise de variância (ANOVA) das variáveis. Para realização de uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC), optou-se pelo *programa IBM SPSS AMOS (versão 21.0)*, considerando como entrada a matriz de covariâncias, tendo sido empregado o estimador de máxima verossimilhança (*Maximum Likelihood*). A adequação de ajuste do modelo foi avaliada segundo os indicadores: $\chi^2/df < 4$, mas alguns autores sugerem que será mais adequado o $\chi^2/df < 3$ e aceitável se inferior a 5 (Marôco, 2010); CFI (Comparative Fit Index) e TLI (Tucker Lewis Index), índices comparativos do modelo, ambos $> .95$ indicam um ajuste ótimo, $> .90$ indicam aceitável se o modelo a ser estimado for complexo; o RMSEA (*Root Mean Square Error of Approximation*) $< .05$, mas aceitáveis até $.08$; e o SRMR (*Standardized*

Root Mean Square Residual) < .10 são indicativos de boa qualidade de ajuste (Byrne, 2012; Kline, 2015; Marôco, 2010).

Resultados

Os resultados são apresentados em categorias separadas, segundo a sequência de análises realizadas. Primeiramente, apresenta-se o poder discriminativo dos itens, em seguida as ACP e a consistência interna da escala.

Poder discriminativo dos itens

Calculou-se a percentagem de cada item da escala de resposta. Com isso, verificou-se que todos os itens apresentam uma concentração acima dos 54.7%. As concentrações mais elevadas em uma única resposta variaram entre 71.1% a 92% em seis itens: 3, 7, 11, 15, 22, 32 e 34, os quais obtiveram concentrações extremadas (discordo totalmente ou concordo totalmente).

Visando comprovar se os itens diferenciam os sujeitos em pontuações próximas, efetuou-se a análise do poder discriminativo dos itens. Partiu-se do critério da mediana para definir grupos critérios (superior e inferior). Para cada item foi calculado um teste *t* comparando as médias dos dois grupos. A partir do poder discriminativo dos itens, foi visto que estes diferenciavam os sujeitos que pontuaram alto e baixo no traço latente em questão.

Tabela 1. Análise do Poder Discriminativo dos itens.

Itens	Inferior		Superior		Contraste	
	<i>M</i>	(<i>DP</i>)	<i>M</i>	(<i>DP</i>)	<i>t</i> (378)	<i>p-value</i>
1	2.10	(1.04)	4.08	(0.80)	-20.76	.000
2	1.16	(0.42)	2.65	(1.23)	-15.71	.000
3	1.01	(0.07)	1.33	(0.81)	-5.40	.000
4	1.28	(0.61)	2.21	(1.03)	-10.60	.000
5	2.41	(1.27)	4.39	(0.68)	-18.91	.000
6	1.32	(0.70)	2.59	(1.34)	-11.54	.000
7	1.19	(0.59)	1.91	(1.20)	-7.28	.000
8	2.77	(1.39)	4.16	(0.93)	-11.42	.000
9	2.57	(1.26)	4.30	(0.83)	-15.73	.000
10	1.31	(0.66)	2.25	(1.17)	-9.54	.000
11	1.05	(0.23)	1.67	(1.04)	-7.99	.000
12	1.75	(1.12)	3.21	(1.15)	-12.40	.000
13	1.31	(0.64)	2.70	(1.32)	-13.01	.000
14	1.47	(0,74)	3.33	(1.14)	-18.78	.000
15	1.13	(0.49)	1.53	(0.91)	-5.32	.000
16	1.27	(0.58)	2.26	(1.04)	11.39	.000
17	1.82	(1.09)	3.81	(0.90)	19.29	.000
18	1.61	(0.86)	3.52	(1.11)	18.98	.000
19	1.35	(0.71)	2.77	(1.25)	-13.46	.000
20	2.18	(1.20)	4.22	(0.86)	18.98	.000
21	2.21	(1.17)	4.32	(0.72)	-21.07	.000
22	1.04	(0.18)	1.39	(0.90)	-5.35	.000
23	1.30	(0.60)	3.24	(1.26)	-19.07	.000
24	1.91	(1.26)	3.27	(1.13)	-11.07	.000
25	2.15	(1.16)	4.16	(0.75)	-19.99	.000
26	1.29	(0.70)	2.17	(1.11)	-9.17	.000
27	1.98	(0.93)	3.33	(1.11)	-12.81	.000
28	1.46	(0.72)	3.56	(1.00)	-23.30	.000
29	1.20	(0.47)	2.47	(1.18)	-13.65	.000
30	1.59	(0.93)	3.57	(1.10)	-18.83	.000
31	1.72	(0.89)	3.71	(1.01)	-20.26	.000
32	1.03	(0.17)	1.21	(0.63)	-3.61	.002
33	1.54	(0.90)	3.23	(1.29)	-14.75	.000
34	1.10	(0.46)	1.17	(0.60)	-1.08	.305

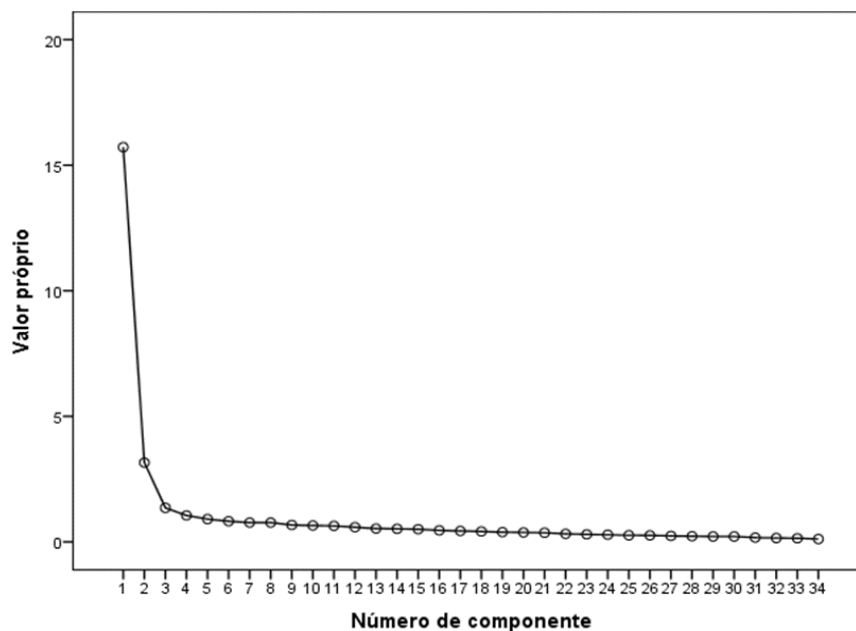
Nota: o critério da mediana se deu após inverter os itens negativos (4, 8, 12, 20, 24, 27 e 30). Somou-se a pontuação total dos itens. A partir da análise estatística descritiva traçou-se a mediana (81), a qual possibilitou diferenciar os grupos: inferior (abaixo da mediana) e superior (acima da mediana).

Deste modo, a comprovação foi realizada com o teste *t* para amostras independentes, comparando-se as médias dos grupos inferior e superior de cada item. Todos os itens discriminaram os sujeitos com níveis de significância (*p*) satisfatórios, menos o item 34 “Queimar a criança quando esta coloca a mão onde não deve é certo” que não apresentou diferenciação significativa entre os grupos contraste. Além disso, este item apresentou respostas predominantemente extremadas (discordo totalmente).

Análise de componentes principais (ACP)

Procedeu-se com a análise dos componentes principais, extraíndo os índices Kayser-Meyer-Olkin (*KMO*), que indica a adequabilidade da amostra pela proporção da variância dos dados que pode ser considerada comum a todas as variáveis, apresentando resultados satisfatórios com $KMO = .96$. O teste de esfericidade de Bartlett apresentou-se significativo, comprovando a não existência de uma matriz identidade [$X^2(561) = 9458.67; p < .001$]. As comunicações, por sua vez, variaram entre $h > .01$ (item 34) a $h < .84$ (item 25). O critério de Cattell, representando pelo gráfico de sedimentação (Scree Plot), como se pode ver na Figura 1, apontou a existência de três fatores, porém apenas um foi predominante.

Figura 1. Gráfico de distribuição dos valores próprios nos possíveis componentes.



Referente ao critério de Kaiser, observou-se a extração de três fatores com valores próprios entre 1.35 e 15.71, que explicaram 59.5% da variância total. Adotou-se a perspectiva de três fatores, utilizando-se o método de rotação oblíqua, dada a hipótese de os fatores estarem correlacionados.

A distribuição das cargas fatoriais foi satisfatória para todos os itens, acima de $\lambda = .30$, com exceção do item 34 ($\lambda = .16$). Por isso, optou-se por excluí-lo das análises subsequentes. Procedeu-se uma segunda ACP com 33 itens. Verificou-se resultados semelhantes, como $KMO = .96$. O teste de esfericidade de Bartlett foi significativo [$X^2(528) = 9441.47; p < .001$]. As comunicações variaram entre $h > .42$ (item 3) e $h < .84$ (item 25), sendo consideradas satisfatórias. Os 3 fatores apresentaram valores próprios entre 1.35 e 15.71 e explicaram conjuntamente 61.29%. O item 2, que havia saturado no fator punição leve e moderada ($\lambda =$

.52) na primeira ACP, apresentou-se com maior carga fatorial no fator formas de intervenção ($\lambda = -.45$). A distribuição dos itens e as cargas fatoriais são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2. Estrutura Fatorial da Escala de Atitudes frente à Punição Corporal em Crianças.

Conteúdo dos itens	Fatores (λ)		
	1	2	3
9. Apenas uma palmada não faz mal a criança.	.98		
25. Se a criança for teimosa, uma "palmadinha" não faz mal.	.96		
5. Castigar as crianças fisicamente com uma "palmadinha" é aceitável como forma de educação.	.94		
21. Uma palmada dada na hora certa só melhora a educação dos filhos.	.92		
31. Os filhos devem agradecer aos pais que batem de leve para castigar.	.85		
17. Bater levemente em crianças com menos de 7 anos de idade ajuda a educar.	.85		
1. Deve-se bater levemente numa criança quando esta comete algum ato grave.	.84		
20. Sou contra dar palmadas em crianças.*	-.68		
18. Castigos físicos às vezes dão sabedoria.	.67		
28. Bater na criança não vai matá-la, mas sim educá-la.	.65		
14. Criança que faz birra em locais públicos deve apanhar toda vez que merecer.	.56		
33. Criança que nunca apanhou é criança mimada.	.53		
13. Bater levemente em crianças com menos de 3 anos de idade, é necessário	.49		
30. É necessário amar para educar, mas bater não é um gesto de amor.*	-.47		
23. Receber surra dos pais na infância forma um adulto mais consciente.	.46		
8. Não é justo os pais baterem nos filhos quando estes desobedecem.*	-.45		
19. Puxar as orelhas da criança é necessário para diminuir o comportamento indesejado.	.42		
32. Dar socos na criança na frente de outras pessoas ajuda a mantê-lo no controle.		.78	
22. É bom dar um tapa no rosto da criança que é desobediente.		.77	
15. Puxar o cabelo da criança ensina o que ela deve fazer.		.71	
7. Deixar a criança de castigo, de joelho em (milho, feijão ou em qualquer outro grão), é uma forma de educar.		.65	
26. Quanto mais dura punição, mais a criança vai aprender.		.64	
11. A surra com o cinto, deixando marcas no corpo, é importante para educar.		.63	
3. Bater com a mangueira de borracha na criança, deixando marcas no corpo, é necessário.		.53	
10. Bater continuamente na criança serve de exemplo para que ela não venha repetir o ato de desobediência.		.52	
29. A criança deve apanhar de verdade para aprender a respeitar os pais.		.52	
6. Acredito que o filho deve apanhar diversas vezes dos pais para não apanhar da polícia.		.39	
27. A punição física gera revolta na criança.			.73
12. A surra não resolve o mau comportamento da criança.			.70
24. Uso da violência física para castigar crianças não ensina como se comportarem			.69
4. Dialogar com a criança que fez algo de errado é melhor do que bater.			.67
16. Há muitas maneiras de educar um filho sem castigos físicos.			.55
2. Castigar a criança fisicamente com várias palmadas é um gesto de amor.*			-.45
Número de itens	17	10	6
Valor Próprio	15.71	3.15	1.35
Variância Explicada (%)	47.63	9.57	4.09
Alfa de Cronbach (α)	.96	.85	.83

Nota: Fator 1 (Punição Leve e Moderada); Fator 2 (Punição Severa); Fator 3 (Formas de Intervenção);

λ = Carga fatorial; (*) Itens negativos que devem ser invertidos.

Como visto na Tabela 2, os itens 2, 8, 20 e 30 apresentam cargas fatoriais negativas nos fatores foram invertidos para as análises de consistência interna, bem como para o cálculo da pontuação total dos fatores.

Consistência interna

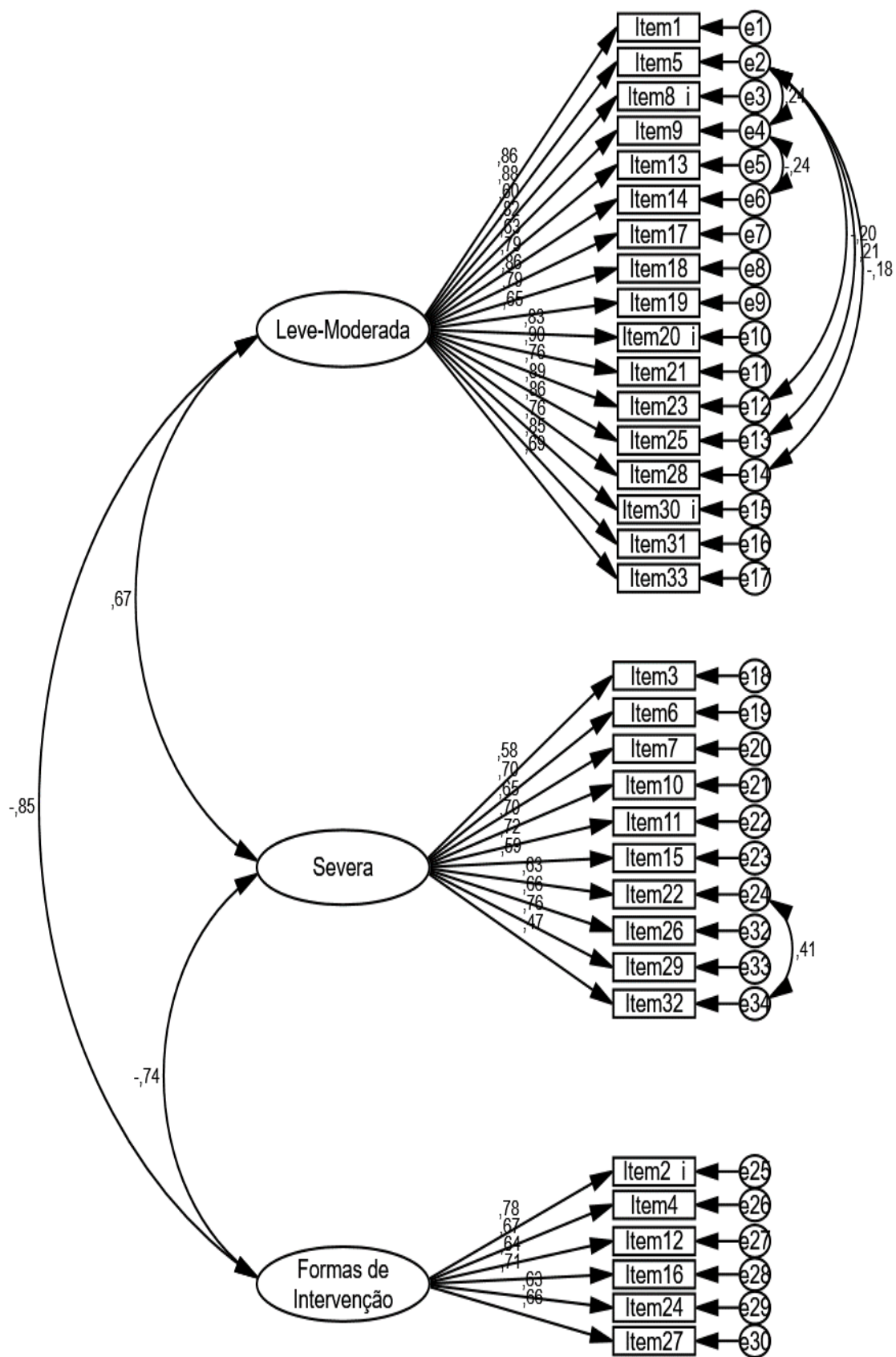
Buscou-se averiguar a consistência interna através do coeficiente de alfa de Cronbach (α). Como apresentado na Tabela 2, o primeiro fator, considerado punição leve e moderada apresentou um coeficiente de $\alpha = .96$, o segundo fator denominado punição severa apresentou valor de $.85$, e o último, referente às formas de intervenção sem o uso da punição física apresentou um coeficiente de $\alpha = .83$. A consistência interna total da escala mostrou-se satisfatória com coeficiente de $\alpha = .96$.

O primeiro fator punição leve e moderada obteve correlação média entre os itens de $.61$. As correlações entre os itens e o fator variaram entre $\alpha = .31$ e $\alpha = .84$. O fator punição severa apresentou correlação média entre os itens igual a $\alpha = .44$ e correlações entre os itens e o fator que variaram entre $\alpha = .24$ e $\alpha = .57$. O fator formas de intervenção sem o uso da punição obteve uma correlação média entre os itens de $\alpha = .47$ e correlações entre os itens e o fator significativas que variaram entre $\alpha = -.41$ e $\alpha = .56$.

Análise fatorial confirmatória

Após a análise ACP, resolveu-se testar a estrutura do modelo de três fatores. Observou-se os seguintes índices de ajuste: $\chi^2/df = 3.29$; $CFI = 0.87$; $TLI = 0.86$; $RMSEA = .078$ (IC - 90%: $.074 - .082$) e $SRMR = .10$. A análise dos índices de modificação sugeriu o estabelecimento de seis covariâncias entre os erros de itens pertencentes ao mesmo fator, mas não em fatores diferentes (Figura 2). Após esse procedimento alguns índices melhoraram: $\chi^2/df = 2.95$; $CFI = .89$; $TLI = .88$; $RMSEA = .07$ (IC 90%: $.068 - .076$); e $SRMR = .09$. Como visto, os índices χ^2/df , $RMSEA$ (ponderando-se o intervalo de confiança) e $SRMR$, apresentam-se dentro do esperado, evidenciando a qualidade do ajuste. Entretanto o CFI e TLI apresentaram valores ligeiramente inferiores ao desejado.

Figura 2. Estrutura fatorial da EAPCC



Os pesos fatoriais (Lambdas – λ) foram estatisticamente diferentes de zero (0 ; $t > 1.96$; $p < .001$) e apresentaram valores aceitáveis que variaram entre .47 (item 32) e .89 (item 21).

Correlação entre fatores

As médias de cada fator demonstraram que as pessoas apresentaram atitudes desfavoráveis nas punições leve e moderada ($M = 2.78$; $DP = 1.10$) como também a punição severa ($M = 1.50$; $DP = .62$), e mais favoráveis nas formas de intervenção sem o uso da punição física ($M = 3.81$; $DP = .88$).

As correlações de Pearson bicaudais entre os fatores variaram entre $r = .60$ e $r = -.77$, todas ao nível de significância $p < .01$. A Punição Leve e Moderada se correlacionou com a Punição Severa, de forma positiva e moderada, ($r = .62$). No entanto, o fator Formas de Intervenção Sem o Uso da Punição Física se mostrou negativo e fortemente correlacionado com a Punição Leve e Moderado ($r = -.77$). E por fim, a Punição Severa se correlacionou com Formas de Intervenção Sem o Uso da Punição Física com magnitude moderada e direcionamento negativo ($r = -.60$). A distribuição das correlações entre os fatores é disposta na Tabela 3.

Tabela 3. Tabela de correlações entre as dimensões da EAPCC

Fatores	$M(DP)$	Punição severa	Formas de intervenção
Punição leve e moderada	2.78(1.10)	0.62 **	-.77 **
Punição Severa	1.50(.62)	-	-.60 **
Formas de Intervenção	3.81(.88)	-	-

Nota: **A correlação é significativa ao nível $p < .01$

Comparações entre as variáveis

Foi realizado o teste t para amostras independentes para as variáveis: sexo, filhos e se sofreu punição física quando criança, a fim de identificar diferenças significativas nos fatores. As variáveis, sexo, se apanharam quando eram crianças e se possuem filhos não apresentaram diferenças estatisticamente significativas. Foram realizadas também análises de variância (ANOVA), com as variáveis independentes (escolaridade e classe social) sobre as variáveis dependentes (escores fatoriais), mas não apresentaram diferenças estatísticas significativas entre essas duas variáveis.

Discussão

Realizou-se este estudo com a finalidade de propor uma medida de atitudes frente às formas de punições corporais parentais em uma população geral. Importante afirmar que não existe nenhuma publicação na literatura internacional e nacional de artigos que realizam a

construção de uma escala psicométrica sobre posicionamento diante das formas de punições corporais. Nesse sentido, o presente estudo cumpre com o seu objetivo principal.

O primeiro objetivo, além de trazer este importante tema, foi construir e reunir evidências de validade de construto de uma escala que mensure as atitudes das pessoas frente à punição corporal em crianças. Entende-se que este foi alcançado por meio da validação psicométrica. A construção do instrumento obedece alguns critérios específicos necessários para a construção de instrumento, conforme Andrade, Gouveia e Gaudêncio (2013) e Pacico (2015), que foram seguidos pelo estudo, tais como a revisão da literatura juntamente com construção da definição operacional referente às formas de punição corporal e, posteriormente, a construção dos itens de forma clara e inteligível para a população-alvo.

Os itens foram construídos a partir da literatura existente. De acordo com análises fatoriais exploratórias e confirmatórias, obteve-se uma distribuição satisfatória. Adotando a perspectiva de três fatores, a estrutura mostrou-se compatível ao modelo proposto, apresentando saturações acima de .30, e com maior significado teórico. Observou-se ainda que a punição leve pode se confundir com a moderada, dependendo da opinião de quem a utiliza, dado o agrupamento destes itens no mesmo fator.

Além disso, um instrumento para ser válido é necessário que seja fidedigno (Zanon & Filho, 2015). A identificação para tornar o instrumento criado fidedigno, consistiu na averiguação dos coeficientes de consistência interna. Neste tocante, o presente estudo apresenta em todos os fatores coeficiente atendido $\alpha > .80$ e a consistência total da escala foi igual a .96.

Ressalta-se que os valores do alfa são afetados pela variabilidade da amostra (Pasquali, 2003), como esta foi composta por pessoas de diversos contextos, os indicativos dos alfas apresentaram-se estaticamente satisfatórios. Entretanto, deve-se ponderar a generalização dos resultados para a população brasileira, afinal, contou-se com a maioria dos participantes de apenas um Estado do Brasil, mostrando-se seu caráter limitado.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) pela resolução CFP nº 002/2003 regulamenta o uso de instrumentos que apresente evidências de validade e precisão, para a construção de um instrumento. Considera-se que todos os critérios para uma validação foram obtidos, ou seja, o teste mediu aquilo que se propôs a medir (Pacico & Hutz, 2015). Desta forma, a validade está em congruência com a propriedade medida do objeto (Pasquali, 2003) que foram as atitudes frente à punição.

Com o objetivo de conseguir mais evidências para se corroborar o modelo de três fatores da escala, fez-se a análise confirmatória através do modelo de equações estruturais. E apesar dessa análise, o modelo proposto pelo estudo demonstrou um $CFI < .90$, mesmo adotando-se o procedimento de correlação entre os erros, mas se aproximou do aceitável ($CFI = .89$). Em compensação o valor de $RMSEA$, mostrou o modelo ajustado nesse estudo ($RMSEA = .07$; $IC - 90\%: .068 - .076$).

A partir do modelo gerado pelas análises dos componentes principais e do modelo de equações estruturais, consideram-se os seguintes fatores: 1) punição leve e moderada - o castigo físico, puxar as orelhas, dar apenas uma palmada, que não causam lesões, punições que serviriam para adequar o comportamento da criança a norma social; 2) punição severa - caracterizam-se pelo uso do cinto, mangueira, deixar de joelhos sob grãos (feijão, milho) durante muito tempo, queimar, causando lesões corporais na criança, que não devem ser aceites pela sociedade; e 3) formas de intervenção sem o uso da punição física - que se refere à comunicação entre os pais e filhos, sem o uso e abuso da violência física, constituindo a melhor forma de se educar uma criança.

Observou-se, neste sentido, correlações negativas e elevadas entre o fator formas de intervenção sem o uso da punição física e os outros 2 fatores: punição leve e moderada ($r = -.77$) e punição severa ($r = -.60$). Estes resultados sugerem que pessoas que possuem atitudes favoráveis às formas de educação sem o uso punição física, possuem atitudes desfavoráveis às punições leve, moderada e severa, e pessoas que corroboram com punições leve e moderada também possuem atitudes favoráveis à punição severa ($r = .62$). Esse dado se torna congruente com a literatura apresentada (Gershoff, 2002; Marques, 2010; Ribeiro, 2014), em que se têm atitudes favoráveis às formas de intervenção sem o uso da punição física e desfavorável às punições leves e moderadas, e punições severas.

Além disso, as correlações também vão de encontro com os autores supracitados pois, mostra que as pessoas que são favoráveis as punições de cunho corpóreo são desfavoráveis as intervenções a partir do diálogo. E ainda, pessoas que sofreram punição não apoiaram tal prática, apresentando atitudes desfavoráveis. Portanto, evidencia-se que o uso da punição não pode ser visto como instrumento de disciplina para se obter o comportamento desejável. Implica-se dizer que na maioria dos casos, entre os pais que punem e não verbalizam claramente sua mensagem, o comportamento não será extinto e poderá ser interpretado pela criança como agressão e não como controle de comportamento (Gershoff, 2002; Ribeiro, 2014).

As médias das pontuações brutas foram maiores para os fatores de punição leve e moderada, e formas de intervenção sem o uso da punição física, evidenciando que essas formas consideradas leves, moderadas e sem o uso da punição física apresentaram atitudes positivas e estes métodos podem ser possivelmente usados para correção de comportamentos indesejados. Este estudo vai de encontro com Marques (2010) e Ribeiro (2014), afirmando que o melhor método consiste em uma conduta educativa e não em uma punição física que acarrete danos a saúde da criança.

Limitações do estudo e sugestões para estudos futuros

Apesar dos dados encontrados, este estudo não está isento de limitações. A primeira delas se refere ao uso da amostragem por conveniência, contando-se com a participação daqueles que concordaram em colaborar para a pesquisa de forma não aleatória. Portanto, deve-se ponderar a generalização dos resultados.

Em segundo lugar, houve disparidades quanto ao número de participantes por subgrupos. Tratou-se de uma grande maioria com ensino superior incompleto, mulheres, com rendas características prováveis de classe média e pessoas que não têm filhos. Deste modo, será importante que este instrumento seja replicado em grupos diferentes equiparados, para uma melhor comparação dos dados obtidos neste estudo. Deste modo, também não se confirmaram diferenças de atitudes quanto ao sexo, se apanhou quando criança, escolaridade, entre outros, que estão presentes na literatura como indicadores para a aceitação da punição corporal (Gershoff, 2002; Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016; Marques, 2010; Paiva et al., 2016; Ribeiro, 2014).

Em terceiro lugar, este estudo tratou-se especificamente de uma versão inicial da EAPCC, necessitando do aperfeiçoamento da medida em estudos posteriores, com o fim de verificar se os achados aqui descritos podem ser replicados em amostras independentes. Demandam-se dados complementares para o ajuste do modelo, que testem novos modelos e busquem melhorias dos itens. Além disso, podem ser realizados estudos de validade preditiva ou concorrente.

Conclusões

Todavia, enfatiza-se que os indicadores aqui apresentados são favoráveis a esta medida, reunindo parâmetros justificáveis para pesquisas futuras. A referida escala poderá ser utilizada em contextos variados, tais como pesquisas que busquem a relação das atitudes abordadas com comportamentos de punição corporal, e outros comportamentos sociais. Ressalta-se que compreender as atitudes das pessoas frente ao tema da punição física de crianças é importante para conhecer os comportamentos e predisposições dos indivíduos, que culminam em interferências no desenvolvimento, na história e na vida das pessoas.

Referências

- Aucoin, K. J., Frick, P. J., & Bodin S. J. (2006). Corporal punishment and child adjustment. *Journal of Applied Developmental Psychology, 27*, 527–541. doi: 10.1016/j.appdev.2006.08.001
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes, 50*(2), 179-211. doi: 10.1016/0749-5978(91)90020-T
- Anderson, C. A., Benjamim Jr., Arlin, J., Wood, P. K., & Bonacci, A. M. (2006). Development and testing of the velicer attitudes toward violence scale: Evidence for a four-factor model. *Aggressive Behavior, 32*(2), 122–136. doi: 10.1002/ab.20112
- Andrade, J. M., Gouveia, V. V., & Gaudêncio, C. A. (2013). Teoria psicométrica: perspectivas atuais e desafios futuros. In N. T. Alves, J. M. Rodrigues, I. F. Costa & J. B. Da (Orgs.), *Psicologia: Reflexões para ensino pesquisa e extensão* (pp. 153-180). João Pessoa: Editora da UFPB.
- Bhona, F. M. D. C., Gebara, C. F. D. P., Noto, A. R., Vieira, M. D. T., & Lourenço, L. M. (2014). Interrelationships of violence in the family system: a household survey in a low-income neighborhood. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 27*(3), 591-598. doi:10.1590/1678-7153.201427321
- Bodur, H. O., Brinberg, D., & Coupey, E. (2000). Belief, affect, and attitude: Alternative models of the determinants of attitude. *Journal of Consumer Psychology, 9*(1), 17-28. doi: 10.1207/s15327663jcp0901_2
- Byrne, B. M. (2012). *Structural equation modeling with Mplus: Basic concepts, applications, and programming*. New York: Routledge.
- COAD (2014). *Câmara aprova proibição de castigos físicos em crianças*. [01 Jan. 2017]. Retrieved from <http://coad.jusbrasil.com.br/noticias/120001949/camara-aprova-proibicao-de-castigos-fisicos-em-criancas>
- Conselho Federal de Psicologia (2003). Resolução CPF Nº 002/2003. [01 Jan. 2017]. Retrieved from http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao2003_02.pdf
- Fauchier, A., & Straus, M. A. (2003). *Manual for the dimensions of discipline inventory (DDI)*. Portsmouth: Family Research Laboratory. Retrieved from <https://pubpages.unh.edu/~mas2/DD01%20S19%20Manual.pdf>
- Ferguson, C. J. (2013). Spanking, corporal punishment and negative long-term outcomes: A meta-analytic review of longitudinal studies. *Clinical Psychology Review, 33*, 196–208. doi: 10.1016/j.cpr.2012.11.002
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention, and behavior: An introduction to theory and research*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Gershoff, E. T. (2002). Corporal punishment by parents and associated child behaviors and experiences: A meta-analytic and theoretical review. *Psychological Bulletin, 128*(4), 539–579. doi: 10.1037//0033-2909.128.4.539
- Gershoff, E., & Larzelere, R. (2002). Is corporal punishment an effective means of discipline? Retrieved from <http://www.apa.org/news/press/releases/2002/06/spanking.aspx>
- Gershoff, E. T., & Grogan-Kaylor, A. (2016). Spanking and Child Outcomes: Old Controversies and New Meta-Analyses. *Journal of Family Psychology, 30*(4), 453-469. doi: 10.1037/fam0000191
- Gomes, A., & Azevêdo, A. (2014). Punição corporal e problemas comportamentais em adolescentes. *Contextos Clínicos, 7*(1), 76-85. doi: 10.4013/ctc.2014.71.07
- Hogan, T. P. (2006). Introdução à prática de testes psicológicos. Rio de Janeiro: Livro Técnicos e Científicos.
- Holden, G. W. (2002). Perspectives on the effects of corporal punishment: comment on Gershoff (2002). *Psychological Bulletin, 128*(4), 590-595. doi: 10.1037//0033-2909.128.4.590
- Holland, R. W., Verplanken, B., & Van Knippenberg, A. (2002). On the nature of attitude-behavior relations: The strong guide, the weak follow. *European Journal of Social Psychology, 32*, 869-872. doi: 10.1002/ejsp.135
- Hu, L. T., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling, 6*, 1-55. doi: 10.1080/10705519909540118
- Jayachandran, G., Muthaiyan, J., Anupama, A., Arivoli, A., Suresh, S., & Padamanaban, P. (2016). Domestic corporal punishment of children: prevalence and pattern. *International Journal of Contemporary Pediatrics, 3*(3), 858-864. doi: 10.18203/2349-3291.ijcp20161453
- Kline, R. B. (2015). *Principles and practice of structural equation modeling* (4th ed.). New York: The Guildford Press.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.
- Longo, C. S. (2002). *A punição corporal doméstica de crianças e adolescentes: o olhar de autores de livros sobre educação familiar no Brasil (1981-2000)*. São Paulo.

- Longo, C. S. (2005). Ética Disciplinar e Punições Corporais na Infância. *Psicologia USP*, 16(4), 99-119.
- Machado, C. Gonçalves, M. M., & Matos, M. (2000). *Manual da escala de crenças sobre punição física (E.C.P.F.) e do inventário de práticas educativas parentais (I.P.E.)*. Braga: Psiquilibrios.
- Marôco, J. (2010). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software e aplicações*. Lisboa: ReportNumber.
- Marques, A. C. T. (2010). *Crenças parentais sobre a punição física e a identificação dos problemas comportamentais e de adaptação psicossocial das crianças em idade pré-escolar*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, especialização em Psicologia do Desenvolvimento. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal.
- Observatório Nacional Criança não é de Rua (2013). Plataforma digital Rua Brasil, s/nº. [01 Jan. 2017]. Retrieved from www.observatorionacional.net.br/dadosExistentes.apx
- Ohene, S., Ireland, M., McNeely, C., & Borowsky, I. W. (2006). Parental expectations, physical punishment, and violence among adolescents who score positive on a psychosocial screening test in primary care. *Pediatrics*, 117, 441-447. doi: 10.1542/peds.2005-0421
- Olson, M. A., & Fazio, R. H. (2009). Implicit and explicit measures of attitudes: the perspective of the MODE model. In Petty, R. E.; Fazio, R. H.; Briñol, P. (Orgs.), *Attitudes: insights from the new implicit measures*, (pp. 19-63). New York: Psychology Press.
- Pacico, J. C., & Hutz, C. S. (2015). Validade. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira & C. M. Trentini (Orgs.), *Psicometria* (pp. 71-84). Porto Alegre: Artmed.
- Pacico, J. C. (2015). Como é feito um teste? Produção de itens. In C. S. Hutz, D.R. Bandeira & C. M. Trentini (Orgs.), *Psicometria* (pp. 53-70). Porto Alegre: Artmed.
- Pasquali, L. (2003). *Psicometria: Teoria dos testes na Psicologia e na Educação*. Petrópolis: Vozes.
- Paiva, T. T., Pimentel, C. E., Nascimento, T. G., Moura, G. B., & Pereira, J. B. G. (2016). Punição física severa em jovens com e sem conflito com a Lei. *Revista Ciência & Polícia*, 1(2), 13-27.
- Ribeiro, J. M. L. (2012). Uso da palmada como ferramenta pedagógica no contexto familiar: mania de bater ou desconhecimento de outra estratégia de educação? *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 7(1), 52-58.
- Ribeiro, J. M. (2014). O uso do castigo físico em crianças e adolescentes como prática educativa: algumas perspectivas da Sociologia, Filosofia e Psicologia. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 9(2), 213-221.
- United Nations Children's Fund. [UNICEF] (2014). *Hidden in plain sight: A statistical analysis of violence against children*. New York: Author.
- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P., & Brandenburg, O. J. (2004). O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, 9(2), 227-237.
- Welsh, R. S. (1980). The belt theory of discipline and delinquency: Critical issues presentation. *Annual Meeting of the New Jersey Education Association*, 196(149), 2-120. Retrieved from <https://eric.ed.gov/?id=ED196149>
- Welsh, R. S. (1998). Severe Parental Punishment and Aggression: The Link between Corporal Punishment and Delinquency. In I.A. Hyman & J.H. Wise (Orgs.), *American Education: Readings in History, Practice and Alternatives* (pp.126-142). Philadelphia: Temple University Press.
- Zanon, C., & Filho, N. H. (2015). Fidedignidade. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Orgs.), *Psicometria* (pp. 53-70). Porto Alegre: Artmed.

Construction and Validation of the Scale of Attitudes towards Corporal Punishment in Children

Abstract

Physical punishment is considered a disciplinary method used by those responsible for the child who deliberately inflicts rules. The objective of this study was to construct the Attitudes toward Corporal Punishment of Children Scale (ACPCS), gathering evidence of its factorial validity and internal consistency. The ACPCS has been applied to 380 participants, mostly from Paraíba (40.3%), with ages varying between 18 and 60 years old ($M = 22.5$; $SD = 8.8$), female (70.5%) and unmarried (74.7%). The constructed instrument presented items with satisfactory discrimination power. Through an exploratory factorial analysis, we obtained a structure of three factors with adequate Cronbach's alpha coefficients, such as: Slight and Moderate Punishment ($\alpha = .96$); Severe Punishment ($\alpha = .84$) and Forms of Intervention ($\alpha = 0.83$), whose overall variance was 59.31%. The adjustment indices resulting from the confirmatory factor analysis were: $\chi^2/df = 2.95$; CFI = .89; TLI = .88; RMSEA = .07 (IC 90%: .068 - .076); e SRMR = .09. Therefore, it has been shown to have an adequate adjustment for the three-factor solution hypothesis. Thus, it is considered that the proposed measure has evidence of validity and internal consistency for use in future research.

Keywords

Scale, corporal punishment attitudes, construction.

Received: 06.03.2017

Revision received: 28.11.2017

Accepted: 11.12.2017